



**A ANÁLISE DA NOÇÃO DE SUJEITO EM
FOUCAULT: UM ESTUDO PARA A
COMPREENSÃO DO DEBATE
CONTEMPORÂNEO ENTRE MODERNIDADE E
PÓS-MODERNIDADE NA PEDAGOGIA**

***THE ANALYSIS OF THE SUBJECT IN FOUCAULT
THE CONCEPT: A STUDY FOR UNDERSTANDING
OF CONTEMPORARY DEBATE BETWEEN
MODERNITY AND POST- MODERNITY IN
PEDAGOGY***

BARBOSA, Pietrine Paiva¹

RESUMO

Filosofia da consciência e educação quase se confundem. Em toda a tradição do pensamento educacional, a consciência e o sujeito auto-centrado recebem um papel privilegiado por várias pedagogias. No entanto, para as pedagogias ditas pós-modernas o sujeito é dirigido a partir do exterior, ou seja, pelas estruturas, pelas instituições e pelo discurso. O sujeito para essas perspectivas, portanto, é uma ficção. Diante desta situação nos perguntamos: O que seria então o sujeito para estas vertentes ditas pós-estruturalistas, pós-modernas? Quais seus fundamentos para afirmá-lo como uma ficção? No centro desta problematização identificamos Michel Foucault como um dos autores estruturantes dessa nova concepção de sujeito. Concepção que transforma a forma de se pensar a pedagogia, pois, ao alterarmos a noção de sujeito de uma pedagogia, alteramos todos os seus aspectos, seja dimensões éticas, currículo, didática, relação professor-aluno, etc. Assim, investigamos todos os domínios do pensamento foucaultiano, passando pela Arqueologia, Genealogia e a Ética. Concluímos o estudo com êxito ao tentar compreender a noção de sujeito em Foucault e colocando em evidência a necessidade de outros estudos para uma maior compreensão sobre a influência desta noção nos ditames das pedagogias críticas e contemporâneas.

Palavras-Chave: Sujeito; Foucault; Pedagogias Pós-Modernas.

ABSTRACT

Philosophy of consciousness and education nearly flush. On the whole tradition of educational thought, consciousness and self-centered subject receive a privileged role for several pedagogies. However, for the so-called post-modern pedagogies the subject is directed from the outside, ie the structures, institutions and by the discourse. The subject to these perspectives, so it is a fiction. In this situation we ask ourselves: What would then be the subject for this so-called post-structuralism, post-modern? What are your reasons for saying this as a fiction? At the heart of questioning Michel Foucault identified as one of the structuring authors of this new conception of the subject. Design that transforms the way of

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Graduado em Educação Física pela Universidade de Belo Horizonte – UNI-BH. Endereço de email: pietrinepaiva@hotmail.com.



thinking pedagogy, therefore, to alter the notion of the subject of pedagogy, we changed all its aspects, be ethical, curriculum, teaching, teacher-student relationship, etc. Thus, we investigated all areas of Foucault's thought, through Archaeology, Genealogy and Ethics. Completed the study successfully when trying to understand the notion of subject in Foucault and highlighting the need for further studies to a greater understanding of the influence of this notion in the dictates of critical and contemporary pedagogies.

Keywords: Subject; Foucault; Pedagogies Postmodern.

Introdução

A Pedagogia, conforme sugere Guiraldelli (2000), pode ser pensada como a teoria que gera as regras da educação. No século XX, a pedagogia é justificada pelas reflexões vindas das ciências da educação. São destes instrumentos, o papel de teorizar a educação, de pensar. Bracht e Caparroz (2003) enfatizam que na pedagogia é visada a educação intencional. Afirmam estes que uma pedagogia indica fins desejáveis ao processo de formação, o que implica objetivos sociopolíticos do educador, além de suas escolhas, seus valores, seus compromissos éticos, sua concepção de homem e de mundo, a partir dos quais se definem formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modos de ação.

Presenciamos no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, a gênese da teoria educacional crítica. Bracht e Almeida (2006) localizam este início nas críticas à ideologia educacional liberal e à escola capitalista, por autores como Paulo Freire, Louis Althusser, Pierre Bordieu e Jean-Claude Passeron, entre outros. A teoria educacional crítica veio se consolidar na década de 80, na qual se via uma relativa homogeneidade teórica. Era comum a citação de conceitos tais como ideologia, aparelhos ideológicos de estado, reprodução cultural, capital cultural, currículo oculto, intelectual orgânico, dentre outros. Esse quadro muda na década de 90, com uma crítica aos pilares básicos dessas pedagogias.

Libâneo (2005) nos ajuda a compreender quando contrapõem estes dois grandes “blocos teóricos”. Segundo ele, as teorizações críticas possuem sua base em um discurso que acentua o papel da formação geral, o poder da razão no processo formativo, a capacidade do ser humano de gerir seu próprio destino, de ter autodomínio, de se comprometer com o destino da história em função de ideais. No entanto, esse discurso é enfraquecido por uma vertente dita pós-moderna² que, reverte a base do discurso pedagógico citado acima, e nos trás uma relativização do conhecimento, ausência de natureza humana universal, ausência de valores com sentido universal, dentre outros:

Elas se constituem a partir das críticas as concepções globalizantes do destino humano e da sociedade, isto é, as metanarrativas, assentadas na razão, na ciência, no progresso, na autonomia

² Tomamos por critério para definir pedagogias modernas e pós-modernas, assim como Veiga-Neto (1995), a pertença ao pensamento iluminista, distinguindo duas vertentes: uma interna e outra externa. São internas as formulações que partem do próprio pensamento iluminista e, a partir daí, desenvolvem análises que querem problematizar a razão científica e os fundamentos sobre os quais elas mesmas se assentam (exemplos disso são as reflexões desenvolvidas pela teoria crítica, pelo humanismo moderno e pela epistemologia). São externas as formulações que procuram se situar pelo “lado de fora” dessa racionalidade iluminista, para tentar entender como viemos nos tornar o que somos, como viemos parar onde estamos. Exatamente por se situarem externamente, essas reflexões não são propriamente modernas. As expressões pós-modernismo e pós-estruturalismo vem sendo usadas para designar essas novas tendências (VEIGA NETO, 1995 p. 11).



individual. Não há hoje aqueles valores transcendentais, aquelas crenças na transformação social, baseados na formação da consciência política, na ideia de que a história tem uma finalidade, que caminhamos para uma sociedade mais justa etc., tudo isso não tem mais muito fundamento, porque foi dessas ideias que apareceram os problemas mais candentes da nossa época como a perda do poder do sujeito, a docilidade às estruturas, a exploração do trabalho, a degradação ambiental etc. Não há direitos universais abstratos, mas direitos e vozes de cada grupo cultural, de cada comunidade. Hoje há muitos discursos, muitas linguagens particulares que são o que interessa: a cultura local, o feminismo, o pacifismo, a ecologia, o negro, o homossexual. Ou seja, não há mais uma consciência unitária, não há uma referência moral, teórica na qual se baseie o desenvolvimento da consciência (LIBÂNEO, 2005, p. 34).

Bracht e Almeida (2006) assinalam que num claro distanciamento do horizonte explicativo típico do materialismo histórico e da tradição dialética tem-se utilizado o pensamento de Jacques Derrida, Michel Foucault, Deleuze e Guattari. Estes pensadores estão causando grandes efeitos na discussão pedagógica atual. Geraram um conjunto de críticas à pedagogia crítica moderna, afetando seus princípios mais basilares: a possibilidade de uma pedagogia emancipatória, a noção de sujeito autônomo, a noção de conscientização e a consequente crítica ideológica, dentre outros.

Na tentativa de compreender o discurso dito pós-moderno, e logo, o cenário atual das discussões acerca das teorias educacionais, pensamos ser necessário recorrer às bases estruturantes dessas correntes pedagógicas. Um dos aspectos fundamentais das transformações citadas acima é a transformação da noção de consciência.

Silva (1994) afirma que filosofia da consciência e educação quase se

confundem. Ele nos diz que em toda a tradição do pensamento educacional, a consciência e o sujeito auto-centrado recebem um papel privilegiado por várias pedagogias: ele é destacado no humanismo tradicional, tendo uma essência humana a ser desenvolvida; nas psicologias desenvolvimentistas, com ênfase no desenvolvimento das capacidades infantis; nas pedagogias libertadoras, com suposições entre consciência e sujeito que revela uma essência a ser reprimida ou liberada; e também nas pedagogias críticas, com a noção de conscientização, supondo uma consciência unitária e auto-centrada, embora momentaneamente alienada e mistificada, apenas a espera de ser despertada, desalienada.

Mais especificamente, Bracht e Almeida (2006) ressaltam que, opondo-se a uma perspectiva iluminista, a pós-modernidade, com a contribuição do pós-estruturalismo, retira o sujeito do centro da ação social; ele não fala, não pensa nem produz; é falado, pensado e produzido. O sujeito é dirigido a partir do exterior, ou seja, pelas estruturas, pelas instituições e pelo discurso. O sujeito para as perspectivas pós-modernas, portanto, é uma ficção.

Diante desta situação nos perguntamos: O que seria então o sujeito para estas vertentes ditas pós-estruturalistas, pós-modernas e pós-críticas? Quais seus fundamentos para afirmá-lo como uma ficção?

Silva (1994) nos informa que no centro deste cenário, identificamos Michel Foucault como um dos autores estruturantes dessa nova concepção de sujeito. Sendo assim, devemos pesquisar o sujeito em Michel Foucault? Percebemos que o discurso das pedagogias modernas está estruturado em uma noção de sujeito. Como devemos ser, como devemos agir, como devemos viver, como podemos alcançar a emancipação, etc. Todas estas indicações se estruturam em uma noção de sujeito comum entre elas. Esse discurso invade a educação em todos os seus campos, seja na



elaboração do currículo, na didática, na relação professor-aluno, etc. O mesmo acontece quando se trata de analisar o discurso das vertentes pós-modernas. Para compreender o que propõem estas pedagogias é preciso vasculhar as bases que elaboram seu discurso. Sendo que a noção de sujeito foucaultiana é um dos pontos centrais e basilares de toda essa elaboração. Portanto, ao alterarmos a noção de sujeito estruturante de uma pedagogia, alteramos também suas dimensões éticas, seu discurso na elaboração do currículo, da didática, da relação professor-aluno, etc.

Assim, possuímos como objetivo analisar na obra de Michel Foucault, como se constitui o sujeito. Objetivos este, que nos levarão a compreender mais profundamente o discurso pós-moderno em educação e que são necessários ao educador que se insere na contemporaneidade. Já que, esta contempla um forte embate entre Modernidade e Pós-modernidade.

Metodologia

[...] o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. (Dreyfus e Rabinow, 2010 p. 273).

O trecho citado pertence a uma entrevista de Michel Foucault realizada em 1982. Aqui, percebemos o quão importante é o tema sujeito para ele. Araújo (2008) e Veiga-Neto (2011) afirmam que o sujeito é o tema central da obra foucaultiana. Foucault tratou de três modos de objetivação que transformaram os humanos em sujeitos. Veiga Neto (2011), apoiando-se em Miguel Morey, divide a obra foucaultiana em três domínios, levantando uma pergunta crucial para cada um deles. O primeiro domínio denominado SER-SABER caracteriza-se pela pergunta *como*

nos tornamos o que somos como sujeitos de conhecimento. O segundo domínio, o do SER-PODER, pergunta *como nos tornamos o que somos como sujeitos de ação* e o terceiro domínio, o do SER-CONSIGO, pergunta *como nos tornamos o que somos como sujeitos constituídos pela moral.*

Sem a pretensão de dividir a obra de Foucault metodicamente, por entender que estes temas podem se cruzar no decorrer de seu pensamento, exploramos as três noções dirigidas ao sujeito em toda a obra de Foucault. Primeiramente, investigamos no livro *As palavras e as coisas*, o primeiro domínio estudado por Foucault, o qual utilizou o método denominado arqueológico. No capítulo 2 exploramos o segundo domínio, o qual Foucault utilizou o método genealógico de investigação. Analisamos as obras *Vigiar e punir* e *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. No capítulo 3 investigamos o terceiro domínio foucaultiano, o da ética. Analisamos os dois últimos volumes de *História da sexualidade* denominados: *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, respectivamente. Fizemos uma análise de seus livros, apoiando-se também nos principais comentadores de sua obra, direcionando nosso olhar a questão principal deste trabalho: O sujeito. Este percurso foi necessário para compreender de maneira mais clara e ampla as discussões levantadas acerca do sujeito.

A inclusão de dissertações, teses e livros a partir de 1989 é justificada devido ao grande número de publicações sobre as correntes pós-modernas e pós-estruturalistas que se iniciou no final da década de oitenta.

Desenvolvimento

SER-SABER – *As palavras e as coisas*.

Machado (2009), um dos principais comentadores da fase arqueológica de Foucault, nos informa que, publicado em 1966, *As palavras e as coisas* possui como objetivo final realizar uma arqueologia das



ciências humanas. Sugere que a análise das ciências humanas não é uma descrição isolada, mas, produto da inter-relação de saberes sobre o homem.

O mesmo autor nos diz que Foucault procurou isolar e descrever os sistemas de saber às três grandes fases do pensamento ocidental: O renascimento, a Época Clássica e a Modernidade. O que caracteriza sua reflexão é especificamente a investigação de uma ordem interna constitutiva do saber, ele busca a *episteme*³. O método se volta a percorrer saberes aparentemente sem relação e analisar a filosofia; investigando domínios diferentes, sobre conceitos de diferentes saberes, com o objetivo de estabelecer inter-relações conceituais.

Foucault descreve o Renascimento, período por ele delimitado até séc. XVII, como era da semelhança, possuindo suas características específicas de possibilidade de conhecimento. Posteriormente, discorre sobre a Época Clássica, período compreendido do séc. XVII até o XVIII, o qual intitula como era da representação e também traça as características peculiares deste período. Logo após, se volta para as transformações ocorridas nas ciências que estudam vida, trabalho e linguagem para descrever as características dos saberes que inauguraram o período seguinte, intitulado por ele como a modernidade, tendo como característica básica a entrada do homem no campo do saber e que para as investigações deste trabalho, representa um período crucial para compreensão da crítica de Foucault ao sujeito.

Araújo (2008) afirma que a era da representação dissipa-se quando o saber

ocidental sofre uma mutação, esta, vinda das ciências da época. Esse deslocamento traz a necessidade de se pensar sobre o homem. As ciências da época se voltavam para investigação da vida, do trabalho e da linguagem mas até então não se perguntavam por aquele que vive, trabalha e fala, ou seja, o homem. Finalmente o homem nasce para o saber ocidental.

Machado (2009) destaca então que a tese principal de Foucault em *As palavras e as coisas* é que as ciências empíricas e a filosofia explicam o aparecimento, na modernidade, das ciências humanas, porque é com elas que o homem passa a desempenhar duas funções complementares: é parte das coisas empíricas, na medida em que vida, trabalho e linguagem são objetos; e, na filosofia, aparece como fundamento, como aquilo que torna possível qualquer saber.

Ainda Machado (2009) nos mostra que ao ser tematizado pelas ciências empíricas, o homem torna-se objeto do saber. Ao estudar a vida, o trabalho e a linguagem, estudamos o homem. E junto ao nascimento dessas ciências que estudam o homem (economia, biologia e filologia) há o nascimento de um novo tipo de filosofia, que tem como marco inicial a “revolução copernicana”⁴ realizada por Kant.

Em vez de uma análise das representações, temos uma analítica, que, a partir de Kant, será a tentativa de mostrar como são possíveis a representação e a análise das representações, e até que ponto podem ser legitimadas. Aqui, vemos constituir uma analítica da finitude e da existência humana. A ideia de que os

³ Episteme: Conjunto básico de regras que governam a produção de discursos numa determinada época. Em outras palavras, episteme designa um conjunto de condições, de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condições de possibilidade para que algo seja pensado numa determinada época (VEIGA-NETO, 2011).

⁴ A ideia fundamental do que Kant denomina a sua – revolução copernicana – consiste no seguinte: Substituir a ideia de uma harmonia entre o sujeito e o objeto (acordo final) pelo princípio de uma submissão necessária do objeto ao sujeito. A descoberta essencial é que a faculdade de conhecer é legisladora ou, mais precisamente, que há algo de legislador na faculdade de conhecer (Deleuze G, 1963).



limites do conhecimento fundam as possibilidades do saber.

Castro (2009) nos alerta que, neste momento o homem aparece nesta posição ambígua: objeto do saber e sujeito que conhece. Objeto finito e sujeito finito. A finitude do homem se manifesta na positividade dos saberes. O homem está dominado pela vida, pelo trabalho e pela linguagem que são anteriores a ele. Cada uma dessas formas exteriores que marcam o homem em sua finitude, não podem ser aprendidas senão a partir da própria finitude. A analítica da finitude, contudo, pensa o finito a partir do finito. Assim, Foucault afirma que o fim da metafísica (pensar o finito em relação ao infinito) é apenas a face negativa de um acontecimento muito mais complexo. Este acontecimento é o aparecimento do homem (da analítica da finitude).

Dreyfus e Rabinow (2010) observam que por este motivo, a modernidade para Foucault caracteriza-se como a Idade do Homem, este “homem”, um tipo de sujeito e objeto total de seu próprio saber, o que, segundo o mesmo, confere às ciências humanas uma estrutura particularmente confusa e enfraquecida, a qual caracteriza por três grandes formas: o empírico e o transcendental, o cogito e o impensado, o retrocesso e o retorno a origem.

Para Foucault é impossível conciliar cogito e impensado. Segundo ele, o pensamento que sai de si e olha o que o condiciona, sabe que nunca poderá fazê-lo absolutamente, pois é o próprio homem que pensa, e quando o faz há determinações, cada vez que pensar e refletir estará refletindo sobre este ser *para-si*. Assim também afirma que, o homem é sem pátria e sem data, pois nunca encontraremos sua origem. O par recuo-retorno a origem nunca recuará a ponto de encontrar a origem do homem. Ele sempre encontra o já começado.

Veiga-Neto (2011) esclarece que Foucault dá as costas para o sujeito produzido pelas metanarrativas iluministas:

O sujeito desde sempre aí. Não aceita a afirmação de que o sujeito é algo sempre dado, que preexiste ao mundo social. Para ele, o sujeito é constituído e toda filosofia que o apresenta como constituinte, ou seja, como senhor pleno e criador de seus atos, imutável como consciência de si e de seus atos, livre, autônomo – é uma filosofia do sujeito.

Ainda Veiga-Neto (2011) afirma que as noções como o “eu pensante” de Descartes, o “sujeito do conhecimento” de Kant foram fundamentais para o estabelecimento da visão de um sujeito “desde sempre aí”. A própria idéia moderna de um sujeito que é matéria prima a ser trabalhada pela educação, seja para passar de um estado selvagem para um estado civilizado (Rousseau) ou da minoridade para a maioridade (Kant, Hegel e Marx), partiu da idéia de sujeito como uma entidade natural, que preexiste ao mundo social, político, cultural e econômico. Araújo (2008) complementa dizendo que as analíticas da finitude (a fenomenologia, o positivismo e o marxismo) se propuseram a fundar uma filosofia do sujeito, respondendo quem é esse sujeito que vive, trabalha e fala. Veiga-Neto (2011) sugere que se analisarmos a obra de Comenius, síntese fundacional da pedagogia, veremos que ele parte da mesma análise de sujeito (o sujeito desde sempre aí) e que, desde então, praticamente todas as correntes pedagógicas modernas partilharam deste mesmo entendimento sobre o homem.

Para Araújo (2008), uma das ideias centrais de *As palavras e as coisas* é a crítica às filosofias de tipo antropologizante, como o positivismo, o marxismo e a fenomenologia. Elas se enroscam quando tentam fundamentar o homem. Estas correntes caíram no que Foucault denominou de *sono antropológico*, ou seja, a pretensão de tomar o corpo, a história da produção ou suas relações sociais empíricas como responsáveis pelo que ele é em sua essência. Se iludem ao pensar que



condições empíricas podem fundamentar uma antropologia filosófica:

Ainda Araújo (2008) evidencia que a figura de conhecimento “homem” apareceu para o saber quando ciências sobre ele se constituíram. Ocorre que essas ciências mostraram como e pelo que ele é objetivado. O que nos revela que o homem enquanto tal não existe. Foucault mostra como ao longo da história foram se constituindo subjetividades diversas e que essas subjetividades não conduzem ao encontro de um fundamento seu, que seria o homem. Quando se pensa ter encontrado o homem, o que se encontra são certas práticas que deveriam reconduzir a experiência em direção, talvez, a novas subjetividades.

A todos os que pretendem ainda falar do homem, de seu reino ou de sua liberação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem em sua essência, a todos os que pretendem partir dele para ter acesso à verdade, a todos os que, em contrapartida, reconduzem todo conhecimento às verdades do próprio homem, a todos os que não querem formalizar sem antropologizar, que não querem mitologizar sem desmistificar, que não querem pensar sem imediatamente pensar que é o homem quem pensa, a todas essas formas de reflexão canhestras e distorcidas, só se pode opor um riso filosófico – isto é, de certo modo, silencioso. (FOUCAULT M, 2007).

Concluindo, Foucault encerra *As palavras e as coisas* afirmando que o homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente, e talvez o fim próximo:

Uma coisa em todo o caso é certa: é que o homem não é o mais velho problema nem o mais constante que se tenha colocado ao saber humano. Tomando uma cronologia relativamente curta e um recorte geográfico restrito – a cultura europeia desde o século XVI – pode-se

estar seguro de que o homem é aí uma invenção recente. Não foi em torno dele e de seus segredos que, por muito tempo, obscuramente, o saber rondou. De fato, dentre todas as mutações que afetaram o saber das coisas e de sua ordem, o saber das identidades, das diferenças, dos caracteres, das equivalências, das palavras – em suma, em meio a todos os episódios dessa profunda história do *Mesmo* – somente um, aquele que começou há um século e meio e que talvez esteja em via de se encerrar, deixou aparecer a figura do homem. E isso não constitui liberação de uma velha inquietude, passagem à consciência luminosa de uma preocupação milenar, acesso à objetividade do que, durante muito tempo, ficara preso em crenças ou em filosofias: foi o efeito de uma mudança nas disposições fundamentais do saber. (FOUCAULT M, 2007).

SER-PODER – *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber*

A descrição arqueológica localiza as ciências humanas na ordem do saber, fato que vimos no capítulo anterior. Agora, Foucault utiliza de um “novo” método, nomeado genealogia. Castro (2009) afirma que a passagem da arqueologia para genealogia é uma ampliação do campo de investigação para incluir o estudo das práticas não discursivas. Tratando de situar o saber no âmbito das lutas.

Se tratando de *Vigiar e Punir*, Foucault divide a obra em quatro partes. Suplício, Punição, Disciplina e Prisão. Narra as transformações das formas de punição ocorridas desde o século XVII e que repercutem nos dias atuais. Essas transformações desencadearam as disciplinas, momento que nasce uma arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil. Para Foucault, forma-se uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação



calculada de seus elementos, de seus gestos e de seus comportamentos.

Foucault mostra que as disciplinas fabricam corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Segundo ele, a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. , tendo as seguintes características, resumidas por Eizirik (2005):

- a *especialização*: um lugar para cada um e cada um em seu lugar;
- o *controle minucioso da atividade*: hora para estudar, hora para comer, hora para o recreio; tempo para produzir tal peça; hora para iniciar ou terminar uma atividade;
- a *vigilância hierárquica*: uma complexa rede de autoridade e treinamento;
- a *sanção normalizadora*: a análise contínua das condições de disciplinamento e seus possíveis desvios;
- o *exame*: combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.

São através destes princípios que atua a disciplina e é deste processo que o indivíduo moderno é construído. A este respeito, Dreyfus e Rabinow (2010, p. 206) afirmam que a disciplina “fabrica” indivíduos através de “humildes” procedimentos de treinamento e distribuição. Operando através de uma combinação de observação hierárquica e sanção normalizadora, que se associam a uma técnica central do poder disciplinar: o exame.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante,

uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo seu brilho visível. (FOUCAULT, 2011, p. 177).

Um ponto também muito comentado nesta obra é a arquitetura do poder disciplinar. Esta arquitetura é representada pelo panóptico de Bentham⁵, como nos informa Yazbek (2012), é uma construção periférica, em forma de anel, com uma torre de vigilância no seu centro. Segundo o autor, esse modelo arquitetônico permite que o vigilante veja todos os presos nas celas sem ser visto, causando um sentimento de vigilância permanente nos detentos. Essa forma arquitetônica é sobretudo uma forma de governo.

Um emaranhado de instituições utilizam do poder disciplinar. Araújo (2008, p. 82) evidencia que ele aumenta a eficácia e o lucro da produção. Assim, produz-se não só bens, mas também saber e atitudes na escola, saúde nos hospitais e força destruidora no exército. A própria sociedade investe nessas disciplinas, justificando que assim operam o equilíbrio e a ordem.

⁵ O panóptico de Bentham (1787): A obra de Bentham é uma formalização da microfísica do poder disciplinar. Não se trata de um modelo para as prisões, mas para toda uma série de instituições (escola, hospital, etc.). Na realidade, nem sequer se trata de um modelo institucional, mas de um modelo para fortalecer as instituições. O “panóptico” é um multiplicador, um intensificador de poder. (CASTRO, 2009, p. 115).



A obra também discorre sobre poder normalizador. Foucault (2011) nos alerta para a dificuldade cada vez maior de julgar. Um desejo furioso de parte dos juizes de medir, avaliar, diagnosticar, reconhecer o normal e o anormal. O “apetite de medicina” que se manifesta sem cessar. Araújo (2008, p. 85) afirma que da necessidade de controle pelo encaixe na normalidade e da observação de como e por que dela se desviam, decorreram práticas que se expandiram para escolas, hospitais, administração pública, empresas privadas, etc. A essa difusão, Foucault chamou de arquipélago carcerário. Por toda parte funcionam mecanismos que corrigem e punem.

Concluindo, utilizamos as palavras de Fonseca (2011, p. 76) que representam o direcionamento tomado na obra:

A disciplinarização da sociedade, conseguida pela generalização dos mecanismos disciplinares dispersos pelo carcerário, tem como produto essencial o indivíduo moderno. Este é o seu maior efeito: produzir uma individualidade que corresponde às expectativas de uma acumulação e uma gestão útil dos homens; produzir o indivíduo comum, de todos os dias e de todos os lugares, e não o indivíduo singularizado por atos e datas especiais; produzir um indivíduo que permita a extração de algo de todas as suas atividades e de seus momentos; produzir, enfim, indivíduos dóceis e úteis.

Já em *História da sexualidade: a vontade de saber*, percebemos, juntamente com Cirino (1989), que a obra faz parte da mesma proposta de *Vigiar e Punir*: analisar as relações entre poder, saber e corpo e a expansão dos mecanismos de normalização na sociedade moderna. Este seria então o último livro que Foucault trataria do indivíduo moderno. A obra se divide em quatro partes: a hipótese repressiva, *Scientia sexualis*, o dispositivo de

sexualidade e o direito de morte e poder a vida.

Foucault inicia a obra dando as costas ao que ele denomina como Hipótese repressiva. Uma teoria que considera o sexo reprimido em nossa sociedade. Araújo (2008) afirma que a hipótese repressiva não dá conta da proliferação dos discursos de verdade sobre o sexo. Ao analisar esta repressão, os teóricos que se vinculam a hipótese repressiva, possuem uma noção jurídica de poder, enxergando-o apenas como algo que se exerce segundo um direito fundamental que regula e limita a liberdade.

Para Foucault, a análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas suas formas terminais. Compreende o poder como a multiplicidade de correlações de força. A partir daí, lança as sementes para percebermos o poder de maneira mais complexa, sobretudo, mais positiva do que o efeito excludente da proibição.

Foucault também trata dos dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo. Por um lado, sociedades como China, Japão, Índia, Roma, as nações árabes-muçulmanas se dotaram de uma *ars erótica*. Nela, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência, não sendo através de uma lei absoluta do permitido e do proibido e sim, em relação a si mesmo.

Já nossa civilização não possui uma *ars erótica*, sendo a única que possui o que Foucault denominou como *scientia sexualis*. Ou seja, só a nossa desenvolveu, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta a da *ars erótica*. Nossa sociedade desenvolveu a confissão.

Cirino (1989) argumenta que desde a Idade Média, uma série de acontecimentos teriam contribuído para a que confissão se



constituísse em um dos nossos mais importantes rituais de fabricação da verdade. A partir do século XVI, a “injunção a confessar” foi ultrapassando os limites jurídicos e emigrando para outros domínios, como o pedagógico, o literário, o familiar e especialmente o médico. Assumindo novas formas como: relatos autobiográficos, cartas, interrogatórios, entrevistas, consultas etc. Assim, procedimentos confessionais se expandiram por toda a sociedade, tornando o homem um incansável confidente.

Ainda Cirino (1989), relata que no século XIX, criam-se as condições para uma “Ciência Sexual”. A gestão do sexo passa, então, a depender da produção de discursos com validade científica. Assim, no jogo entre a verdade do sexo produzida pela ciência sexual e a verdade de cada um estabeleceram-se as condições para a formação de uma “ciência do sujeito”.

Foucault então apresenta a tese de que: a emergência da ciência do sujeito faz parte da expansão do dispositivo de sexualidade, que abre novas e amplas possibilidades na vida do sujeito. Assim, o que parecia ser liberação do silêncio imposto por um poder repressivo e que emanciparia o indivíduo, uma vez que se colocam a si mesmos como objeto de conhecimento, revela-se apenas como mais um mecanismo de sujeição.

Corroborando com a tese acima, Araújo (2008) afirma que o eu do sujeito hoje, ao querer decifrar a verdade de nossos desejos, acaba sendo presa da relação de si para consigo mediada por saberes e poderes produtores de nossa verdade. Ela explica que a sexualidade para Foucault não é uma pulsão e nem está sob uma lei, como pensaram Freud e Lacan. Ela é um dispositivo que arma estratégias de relações de força localizáveis nos saberes médicos, psicológicos, pedagógicos e em todos aqueles saberes que, ao visarem ao que é mesmo o indivíduo, acabam tendo efeito de poder, no sentido de discipliná-lo, corrigi-

lo, normalizá-lo, encaixá-lo em uma instituição.

A sexualidade passa a ser então, para Foucault, o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*. Assim, Foucault (2011) exclui a proposição de uma sexualidade como essência do sujeito e a coloca como uma produção, uma rede trançada por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de captação dos corpos e estimulação dos prazeres. A sexualidade é, como indica Araújo (2008), um dispositivo histórico sustentado por discursos, saberes e poderes.

Outra parte importante da obra diz respeito à biopolítica. Aqui, ele irá dizer que o antigo direito de *causar a morte* ou *deixar viver* foi substituído por um poder de *causar a vida* ou *devolver* à morte. Antes, com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por uma outra mais poderosa. Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação.

Este poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais. A primeira, centrou-se no corpo como máquina, as disciplinas descritas em *Vigiar e Punir*, a segunda se volta para o corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade etc. Toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população.

Candiotta (2010) nos revela que a tecnologia de poder disciplinar é incorporada como parte do amplo domínio denominado “biopoder”. Sugere ser importante destacar que a segunda forma de poder não exclui o poder disciplinar, apenas distribui diferentemente. O poder disciplinar começa no século XVII e foca-se no homem-corpo, já a biopolítica da população surge no final do século XVIII, direcionado para o corpo-espécie. Assim, se na disciplina dos corpos atua o mecanismo



da sujeição de modo a torna-los “dóceis e úteis”, na segunda forma de poder, aplica-se a população, tendo como efeito, seu controle mediante a biopolítica das regulações.

Foucault (2011) nos explica então que este biopoder foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Sendo que, no desenrolar dessa inserção controlada dos corpos, cresceu a importância assumida pela atuação da norma, formando uma verdadeira sociedade normalizadora⁶.

Foucault então assiná-la que na junção entre o “corpo” e a “população”, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida:

De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. (FOUCAULT, 2011 p. 158).

⁶ O poder, para Foucault, na sua forma moderna, se exerce cada vez mais em um domínio que não é o da lei, e sim o da norma e, por outro lado, não simplesmente reprime uma individualidade ou uma natureza já dada, mas, positivamente, a constitui, a forma.

Contudo, ao pensar sobre a constituição do sujeito em Foucault, Araújo (2008) nos ajuda a entender que a confissão do sexo e os instrumentos de poder para disciplinar o sexo e com ele a vida, a saúde e a morte são elementos de expansão do poder. Este, funcionando ao forjar indivíduos disciplinados, bons e eficientes, como vimos em *Vigiar e Punir* e forjando a subjetividade útil à governabilidade. Sem este poder que usa o dispositivo da sexualidade, não poderíamos pensar nossa subjetividade. A subjetividade do indivíduo moderno.

SER-ÉTICA – *O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si.*

Após a crítica a constituição das ciências humanas, ao controle, à normalização, à produção das disciplinas, Foucault estabelece uma atmosfera diferente nos seus últimos trabalhos. Em *O uso dos prazeres*, ele trata do estilo de vida grego em suas práticas relacionadas ao sexo, nos seguintes domínios: cuidados com o corpo, com a casa e com a busca da verdade. Neste período da história, a questão dos prazeres fundava-se em condutas temperantes, moderadas e bem conduzidas eticamente. No terceiro e último volume, *O cuidado de si*, Foucault aborda problemas já presentes na Grécia Clássica, mas que os latinos tratarão de modo diferente. Encontra-se aqui, uma ética mais austera em que se ressalta um voltar-se para si próprio, um ocupar-se consigo mesmo.

Fonseca (2011) nos lembra que Foucault se apoia na noção de que o sujeito, enquanto entidade portadora de uma essência perene, não existe. Para ele, o que existe são diferentes constituições de um sujeito, que não é dado definitivamente, mas que a cada instante é fundado e refundado na história.

No que se refere a estes dois últimos volumes, cabe evidenciar que se colocam como temas centrais as formas de constituição do sujeito segundo



procedimentos de uma ética apoiada na reflexão sobre si, não havendo nesse processo de constituição do indivíduo, a presença prescritiva dos códigos, interditos e mecanismos disciplinares tratados até então, essenciais para compreensão da constituição do indivíduo moderno. Neste momento, trata-se de outras formas de constituição do indivíduo.

Em *O uso dos prazeres*, Foucault enumera quatro elementos que são primordiais da relação do sujeito consigo mesmo, a qual ele denomina como ética: a substância ética, o modo de sujeição, a elaboração do trabalho ético e a teleologia do sujeito.

O primeiro elemento, substância ética, Foucault trata como sendo a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral. O segundo elemento, modo de sujeição, Foucault trata como a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática. O terceiro elemento, elaboração do trabalho ético, consiste no conjunto de atitudes que são tomadas com relação a si mesmo a fim de tornar o comportamento conforme a regra dada e também para tentar se transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta. O quarto e último elemento, teleologia do sujeito, coloca em prática o sujeito moral constituído. Trata-se da caracterização do sujeito moral, não simplesmente a ações sempre conformes aos valores e às regras, mas também a um certo modo de ser característico. O resultado da investigação destes elementos é o conhecimento do sujeito antigo e das formas de sua constituição por meio de uma história da ética.

Para compreender o período em questão, Foucault então investiga como foram elaborados e em que consistiram os elementos que integravam aquela ética. Parte então da noção corrente de “uso dos prazeres” - *chresis aphrodision* – para distinguir os modos de subjetivação aos

quais ela se refere. Fonseca (2011), baseando-se nos escritos de Foucault, nos ajuda a compreender a ética dos gregos levando a entender que a partir da noção de *aphrodisia* pode-se identificar o que, no domínio do comportamento sexual, era reconhecido como substância ética; a noção de *chresis* permite a apreensão do modo de sujeição implicado na problematização moral da atividade sexual; a elaboração do trabalho ético é reconhecida a partir da ideia de *enkrateia*; e finalmente, a *sophrosune* se volta ao último dos elementos constitutivos da moral, a teleologia do sujeito.

Ainda Fonseca (2011), nos mostra mais especificamente que a substância ética dos *aphrodisia* é constituída com o fim de mostrar como servir-se da dinâmica entre ato, prazer e desejo com vistas a um bom uso do sexo e das atividades que ele envolve. A reflexão moral sobre os *afrodisia* não estabelece um código sistemático que fixa a forma dos atos sexuais e dita o proibido e o permitido, mas elabora as condições e moralidades de um uso: o estilo daquilo que os gregos chamavam de *chresis aphrodision*, o uso dos prazeres. A *chresis* diz qual a maneira pela qual o indivíduo deve dirigir a sua atividade sexual, quais os elementos devem ser considerados nessa condução, no que deve ser submetida a prática sexual para que seja uma prática moral. A *chresis* estabelece o regime que o indivíduo deve se permitir e se impor, a fim de que o uso que faz do seu sexo seja um uso moral.

A terceira noção apresentada por Foucault: a *enkrateia*. é caracterizada como uma forma ativa de domínio de si que permite resistir ou lutar e garantir sua dominação no terreno dos desejos e dos prazeres. Trata a *enkrateia* como condição da *sophrosune*, a forma de trabalho e de controle que o indivíduo deve exercer sobre si para se tornar temperante (*Sophron*). Caracteriza esse exercício de dominação como uma relação agonística consigo mesmo. Para se constituir como sujeito



virtuoso e temperante nos uso de seus prazeres, o indivíduo deve estabelecer uma relação de si para consigo que é do tipo “dominação-obediência”.

Já a relação com o conhecimento, com a verdade, é vista como condição estrutural, instrumental e ontológica da instauração do indivíduo como sujeito temperante. Porém, essa relação com o verdadeiro não assume a forma de uma decifração de si por si, de uma hermenêutica do sujeito⁷, ela abre para uma estética da existência. Essa relação com a verdade, constitutiva do sujeito temperante, abre as portas para uma estética da existência:

Deve-se entender com isso uma maneira de viver cujo valor moral não está em conformidade a um código de comportamento nem em um trabalho de purificação, mas depende de certas formas, ou melhor, certos princípios formais gerais no uso dos prazeres, na distribuição que deles se faz, nos limites que se observa, na hierarquia que se respeita. Pelo *logos*, pela razão e pela relação com o verdadeiro que a governa, tal vida inscreve-se na manutenção ou reprodução de uma ordem ontológica; e, por outro lado, recebe o brilho de uma beleza manifesta aos olhos daqueles que podem contemplá-la ou guarda-la na memória. Essa existência temperante, cuja medida, fundamentada na verdade, é ao mesmo tempo respeito de uma estrutura ontológica e perfil de uma beleza visível, foi frequentemente esboçada por Xenofonte, Platão e Aristóteles. (Foucault, 2012 p. 110).

Após toda essa explanação, Foucault caminhará na tentativa de observar de que maneira alguns dos grandes temas da austeridade sexual, que para ele iriam ter

⁷ Hermenêutica do sujeito: A hermenêutica do sujeito se funda na ideia de que há em nós algo oculto e que vivemos sempre na ilusão de nós mesmos, uma ilusão que mascara o segredo. Daí a exigência contínua para o sujeito, de decifrar-se a si mesmo e ao seu desejo (CASTRO, 2009 p.203).

um destino histórico muito além da cultura grega, foram formados e desenvolvidos no pensamento do século IV. Apóia-se então em práticas existentes e reconhecidas, pelas quais os homens procuravam dar forma à sua conduta: a prática do regime denominada Dietética, a prática do governo doméstico denominada Econômica e a prática da corte no comportamento amoroso denominada Erótica. Assim, ele tentou mostrar de que maneira essas três práticas foram objeto de reflexão na medicina ou na filosofia, e de que maneira propuseram diversos modos de “estilizar” a vida.

Após investigar o sujeito moral do século IV a.C., Foucault desloca sua análise para os séculos I e II da nossa era, se voltando para a civilização greco-romana. Ao fazer uma explanação geral da obra, Fonseca (2011) nos mostra que em *O cuidado de si* podemos identificar uma intensificação dos temas de austeridade, onde uma nova arte da existência se organiza, esta, não tanto em torno da questão da moderação dos prazeres e do poder que se exerce sobre si com essa moderação, mas da noção emergente que supõe a existência de uma fragilidade e de um mal inscritos no próprio indivíduo. Embora a cultura de si apresente semelhanças em relação à estética da existência em vários elementos de prescrição moral, elas constituem modelos de sujeição moral distintos.

Dentre estas modificações ocorridas podemos citar uma atenção mais viva, com mais inquietações a propósito da conduta sexual; o recrudescimento dos temas de austeridade ligados a um processo de valorização do matrimônio, à desqualificação em relação ao significado do amor pelos rapazes, etc. Em suma, modificações que nos faz perceber uma moral mais rigorosa. Porém, pode-se também perceber uma modificação de outro tipo, que se refere à maneira pela qual o pensamento moral define a relação do sujeito com a própria atividade sexual.



Em relação aos motivos que parecem essenciais para explicação do dessas modificações, Foucault assinala dois: as modificações ocorridas em relação à prática matrimonial e aquelas em relação às regras do jogo político. Essas mudanças explicam o desenvolvimento da Cultura de si, isto é, uma busca de novas formas de constituição do sujeito moral diante das atividades sociais, políticas e cívicas que surgiam. Daí o que Foucault chama de crise “da subjetivação”, uma mudança na maneira do indivíduo ser constituído enquanto sujeito moral, diante de uma nova conformação política.

Assim, percebe-se que a cultura de si representa um outro fundamento para a constituição moral. Eis aí, duas formas de constituição do sujeito diferentes entre si e diferentes também da forma que se vê na modernidade. Ao final da análise dos dois últimos volumes de *História da sexualidade*, percebemos o sentido das palavras de Araújo (2008) quando afirma que o sujeito não é dado definitivamente e nem portador de alguma verdade, mas sim, alguém que se constitui no interior da história e é cada vez fundado por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Localizamos ao longo do trabalho a noção que Foucault empreende para delimitar o sujeito. Em seu domínio arqueológico, Foucault faz uma crítica ao sujeito “desde sempre aí” e nos mostra que o sujeito surge de uma fatalidade, ou seja, o direcionamento tomado por saberes das ciências empíricas que problematizavam vida, trabalho e linguagem e as problematizações trazidas a partir da filosofia kantiana que irá interrogar a possibilidade de conhecer e também aquele que conhece. É neste sentido que se dá a afirmação de que o sujeito é uma ficção, quer dizer, o sujeito em sua essência não existe. Ele é uma invenção própria da modernidade. Assim conclui-se que para Foucault não existe sujeito, mas sim, produção de subjetividade.

Num segundo momento, Foucault desloca seu olhar para o domínio genealógico, no qual analisa práticas não discursivas e começa a investigar como se deu a constituição do sujeito moderno. Duas formas de poder aparecerão a partir do século XVII: O poder disciplinar e o bio-poder. O sujeito moderno será o produto dessas duas formas de poder: o poder disciplinar, visando o homem-corpo; e o bio-poder, visando o corpo-espécie. Essas duas formas do poder funcionarão forjando indivíduos disciplinados, bons, eficientes e também subjetividades úteis a governabilidade.

No terceiro e último momento de sua obra, no domínio que se volta para ética, Foucault analisa como se deu a constituição do sujeito antigo. Mostra duas formas diferentes de constituição do sujeito, diferentes também do sujeito que se constitui na modernidade. Nesta parte da obra de Foucault, fica claro a tese de que o sujeito não é dado definitivamente e nem é um portador da verdade, mas alguém que se constitui no interior da história e é cada vez fundado por ela.

Esta nova noção de sujeito causa bastante repercussão dentro da pedagogia. Garcia (2002) coloca em evidência os discursos pedagógicos-críticos, caracterizando-os como modos específicos e formas de relação que os sujeitos têm de estabelecer consigo mesmos, com os outros e com o mundo. Segundo ela, os discursos posicionam os alunos e as almas em certos modos de ser e existir no mundo, atribuindo valores a estilos de vida particulares e a determinadas representações do mundo social.

Continuando suas críticas, a autora denomina as pedagogias da modernidade, mais especificamente as estudadas por ela, como tecnologias humanas, ou seja, um conjunto de práticas, de instrumentos, arquiteturas e pessoas, que buscam certos resultados em termos da conduta humana como educação, reforma, eficiência, cura e virtude. Um conjunto de métodos e de



outras tecnologias que unem, formam, canalizam e utilizam as forças e as energias dos indivíduos ou grupos na perseguição de certos objetivos. Realizam a submissão dos corpos e das almas humanas, moldando-os a certos estilos de consciência e existência.

Silva (95), ao problematizar o cenário pedagógico tendo em vista a discussão apresentada sobre modernidade e pós-modernidade na pedagogia desde o final da década de 80, constata que passamos do paradigma da consciência para o paradigma da linguagem e que esse desenvolvimento pode ser sintetizado pelo conceito de discurso tal como utilizado por Foucault. O mesmo, pontua que o sujeito moderno é, talvez, a maior vítima das contestações, sendo aqui, provavelmente, que o projeto educacional moderno sofre seu maior abalo. O autor nos revela que a possibilidade da educação e da pedagogia repousa precisamente no pressuposto da existência de um sujeito unitário e na finalidade da educação como a construção de sua autonomia, independência e emancipação. Assim, afirma ele, sem o sujeito moderno não há pedagogia moderna.

Ainda Silva (95), trazendo a contribuição de Foucault para a pedagogia, argumenta que o sujeito moderno – racional, centrado, unitário – é uma construção muito particular, uma construção precisamente da época moderna e do projeto iluminista de sociedade. O sujeito moderno só existe como resultado dos aparatos discursivos e linguísticos que assim o construíram. O que vemos como essência e como fundamentalmente humano não é mais do que o produto das condições de sua constituição. Longe de constituir uma essência universal e atemporal, o sujeito moderno é aquilo que fizeram dele.

Garcia (2002) argumenta que para uma perspectiva foucaultiana, lidar com nossa própria subjetividade é perceber o quanto ela é histórica e não ontológica. O modo como nos vemos e pensamos, como procuramos moldar nossa conduta, são produto de práticas sociais particulares.

Nossas subjetividades são objeto do poder, o produto de maquinações, saberes e técnicas que incluem ativamente os seres humanos num campo de visibilidade, atribuindo certas características e padrões de desenvolvimento. Não são dados de nossa verdadeira natureza, são antes uma fabricação, uma invenção, o resultado do sempre incerto de práticas múltiplas.

Contudo, ao ampliar a discussão e adentrar, mesmo que de maneira rasa, no que alguns autores dizem sobre o debate entre modernidade e pós-modernidade na pedagogia, percebemos a importância da noção de sujeito investigada neste trabalho. Assim, apontamos para próximas investigações uma análise acerca da interferência dessa noção no projeto pedagógico da modernidade, ou seja, nas investigações pedagógicas provindas das pedagogias críticas.

Referências

- BRACHT V; ALMEIDA F. Q. **Emancipação e diferença na educação: Uma leitura com Bauman** – Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- BRACHT V; CAPARROZ F. E. Fonte SSD, Frade JC, Paiva F, Pires R. **Pesquisa em ação: Educação Física na Escola**. Rio Grande do Sul: Unijuí; 2003.
- CANDIOTTO C. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010. – (Coleção Estudos Foucaultianos, 5 / Coordenador Alfredo Veiga Neto).
- CASTRO E. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CIRINO O A A. **Sujeição e Subjetivação: A Genealogia do Sujeito em Michel Foucault**. 1989. 161p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1989.



DREYFUS H. L.; RABINOW P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

EIZIRIK M. F. **Michel Foucault:** Um pensador do presente. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

FONSECA M A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito.** São Paulo: EDUC: 2011.

FOUCAULT M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981 (2007).

FOUCAULT M. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. 21 edição. Edições Graal, RJ, 1988 (2011).

FOUCAULT M. **História da sexualidade II:** O uso dos prazeres. 13 edição. Edições Graal, RJ, 1984 (2012).

FOUCAULT M. **História da sexualidade III:** O cuidado de si. 11 edição. Edições Graal, RJ, 1985 (2011).

FOUCAULT M. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975 (2011).

GARCIA M. A. G. **Pedagogias críticas e subjetivação:** uma perspectiva foucaultiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Filosofia da educação e ensino.** Rio grande do sul: IJUI: UNIJUI 2000.

LIBÃNEO José Carlos; As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. *In:* LIBÃNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade.** Campinas: Alínea, 2005. p. 19-63.

MACHADO R. **Foucault, a ciência e o saber.** 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SILVA T. T. **O Sujeito da Educação:** Estudos Foucaultianos. Petrópolis, RJ:

Vozes, 1994.

VEIGA NETO A. J (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

VEIGA NETO A. **Foucault e a Educação.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

YAZBEK A C. **10 Lições sobre Foucault.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.